



Ao Juízo da 1.^a Vara Cível, da Comarca de Campo Mourão/PR

Autos nº 0000187-23.1994.8.16.0058, de Falência

Henrique Cavalheiro Ricci, síndico já qualificado nos presentes autos falimentares de **Comércio e Representações de Couros Loanda Ltda.**, respeitosamente, comparece perante Vossa Excelência, para manifestar nos termos a seguir aduzidos:

Excelência,

Compulsando-se os presentes autos falimentares, verifica-se que a devedora **Comércio e Representações de Couros Loanda Ltda.** teve sua quebra decretada em 26.07.1995, sendo o presente feito regido, desta feita, pelo **Decreto-Lei 7.661/1945**.

Observa-se, ademais, que ao tempo da prolação da r. sentença de falência, o síndico nomeado na época promoveu a arrecadação dos bens da Falida, os quais foram integralmente alienados durante o exercício do *munus* a ele atribuído.

De toda sorte, inobstante a constatação de que, *possivelmente*, todo o ativo da Massa Falida foi realizado, no sentir deste Síndico, a fim de melhor exercer a honrosa incumbência dada por este Juízo e promover o regular impulsionamento do feito, bem como angariar informações e dados concretos acerca da realização do ativo, parecem oportunas algumas diligências para que, então, passemos à elaboração do plano de pagamentos, são elas:

- a) a apresentação do extrato de movimentação das contas judiciais vinculadas à Falida durante todo o período da Falência;
- b) a derradeira consulta e bloqueio, via SISBAJUD, de eventuais ativos financeiros existentes em nome da Falida;
- c) a remessa dos autos o Sr. Escrivão e o Sr. Contador Judicial para que indiquem a eventual existência de valores remanescentes a título de custas e despesas processuais desta ação de falência e de seus incidentes.
- d) a expedição de ofícios aos Cartórios de Registros de Imóveis da Comarca de Campo Mourão/PR, a fim de que informem a existência de eventuais bens imóveis remanescentes registrados em nome da Falida;





- e) a elaboração de certidão pela z. Secretaria, na qual conste todos os incidentes vinculados a presente demanda, sobretudo os feitos incidentais que versam sobre *pedido de restituição*.

Quanto à certidão mencionada no item “e”, vale mencionar que sua elaboração é de grande relevo, na medida em que desde a época da elaboração do quadro geral de credores pelo antigo síndico, no ano de **2002**, foram indicados vultuosos montantes oriundos de pedidos de restituição, os quais, àquele tempo, já ultrapassavam o produto da realização do ativo.

De lá para cá, pelo que se nota do andamento do feito, novas restituições foram postuladas e julgadas procedentes, assim, se há mais de 20 anos o produto do ativo já se mostrava insuficiente ao pagamento dos créditos não abrangidos pelo concurso de credores e que, portanto, devem ser adimplidos com precedência aos demais, tais quais as despesas para administração da Massa e as restituições em espécie, hoje, o montante disponível nos autos parece ainda mais distante.

Não se desconhece a existência de diversos credores trabalhistas que há quase **30** anos aguardam o pagamento. Sensibilizamo-nos em relação a isso, porém somente serão adimplidos caso remanesça saldo após o pagamento dos valores devidos a título de restituição em espécie e administração da massa¹, de modo que, também por este motivo, a certidão constando todos os pedidos de restituição vinculados à presente falência se mostra indispensável ao impulsionamento processual.

¹ APELAÇÃO CÍVEL. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FALÊNCIA. CRÉDITOS RECOLHIDOS E NÃO-REPASSADOS AO INSS. RESTITUIÇÃO ANTES DO PAGAMENTO DE QUALQUER CRÉDITO, AINDA QUE TRABALHISTA. POSSIBILIDADE. NÃO SUJEIÇÃO À ORDEM DE PREFERÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO 1. **As contribuições previdenciárias descontadas dos salários dos empregados pela massa falida e não repassadas aos cofres previdenciários devem ser restituídas antes do pagamento de qualquer outro crédito, inclusive trabalhista, porque a quantia relativa às referidas contribuições não integra o patrimônio do falido, incidindo, na espécie, a Súm. n. 417-STF.** Ademais, o art. 76 da antiga Lei de Falências (DL n. 7.661/1945), vigente à época dos fatos, autoriza a restituição de coisa arrecadada, sendo que o “caput” do art. 51 da Lei n. 8.212/1991 declara o privilégio dos créditos do INSS, equiparando-os aos créditos da União, esclarecendo que os valores descontados dos empregados pertencem à autarquia previdenciária, que poderá reivindicá-los (REsp 1.183.383-RS, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 5/10/2010).2. Apelação Cível a que se dá provimento. (TJPR - 17ª C.Cível - AC - 1426752-8 - Região Metropolitana de Londrina - Foro Regional de Rolândia - Rel.: Francisco Jorge - Unânime - J. 04.05.2016) (g.n.)





Por todo exposto, requer sejam diligenciadas as providências descritas nos itens "a", "b", "c", "d" e "e" acima e, após, seja oportunizada nova vista ao Síndico.

Por fim, reitero o agradecimento pela honrosa nomeação e confiança depositada.

Maringá/PR, 5 de julho de 2024.

Henrique Cavaleiro Ricci
OAB/PR 35.939

